



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Revisão e melhoramento da legislação sobre os crimes sexuais**

Desde o ano passado até à data, registaram-se vários casos de comportamentos indecentes nos autocarros e espaços públicos que despertaram a atenção da sociedade. O Governo reviu as disposições relativas aos crimes sexuais do Código Penal, que entraram em vigor em 2017, tendo introduzido o crime de “importunação sexual” e aumentado a moldura penal para os crimes sexuais envolvendo crianças, permitindo a punição do respectivo arguido. A lei já entrou em vigor há mais de três anos e surgiram diferentes opiniões no seio da sociedade em relação à sua prática, especialmente em relação ao artigo sobre a importunação sexual, pois só se criminaliza os correspondentes actos quando há contacto físico de natureza sexual, ora, isto significa que os actos de importunação sexual verbais e de natureza psicológica não podem ser criminalizados, o que constitui uma lacuna no combate a esses actos.

Tenho recebido, no meu gabinete, pedidos de apoio relacionados com casos de importunação sexual no local de trabalho, e depois de efectuada a sua análise, verifica-se que existem algumas características específicas da importunação sexual no local de trabalho, tais como a dificuldade na recolha e obtenção de provas e o facto de os referidos actos serem praticados de forma oculta, pois o infractor age quando está sozinho com a vítima. Além disso, como foi referido, os actos de importunação sexual verbais e de natureza psicológica não são punidos por lei e, muitas vezes, a vítima entra em pânico e tem receio de represálias se os denunciar, o



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que demonstra claramente que ainda há espaço para melhorias da lei vigente.

Outro aspecto que merece atenção é o aumento significativo, registado no ano passado, dos crimes sexuais envolvendo crianças. Segundo os dados do Governo, em 2020, registaram-se 24 casos de abuso sexual de crianças, mais do dobro em comparação com o ano anterior, a maioria deles ocorreu em ambiente escolar ou familiar, e cerca de 70% dos agressores são familiares, colegas ou professores da vítima, portanto, são pessoas próximas da vítima. Alguns dos casos já aconteceram há mais de dez anos, na altura, as vítimas entraram em pânico ou não conseguiram compreender o que se estava a passar, portanto, não pediram ajuda atempada nem aos pais nem à polícia, situações estas que merecem a atenção das autoridades.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Já se passaram mais de três anos desde a conclusão, em 2017, da revisão do Código Penal sobre os crimes sexuais. Então, o Governo já iniciou os trabalhos de revisão das normas em causa, tendo em conta a sua aplicação e os resultados alcançados? Quando é que o Governo vai estudar a inclusão dos actos de importunação sexual verbais e de natureza psicológica na respectiva lei, com vista aos devidos efeitos dissuasores?

2. Muitos casos de importunação sexual no local de trabalho são praticados de forma oculta, e muitas vezes a vítima não apresenta queixa porque entra em pânico e tem receio de represálias. Com vista a prevenir a ocorrência destes casos e a aplicar melhor a lei, o Governo deve estudar a criação de um serviço específico para



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

acompanhar os casos de importunação sexual e incentivar as vítimas a tomar a iniciativa de pedir ajuda. Vai fazê-lo?

3. Tendo em conta a tendência do aumento em flecha dos crimes sexuais envolvendo crianças e com vista a protegê-las melhor, o Governo deve efectuar estudos para rever a lei, elevando o limite mínimo da moldura penal para os crimes em causa, assim como proibir o pagamento de multa em substituição da sanção penal; deve ainda criar uma base de dados das pessoas que praticaram crimes sexuais, com vista a evitar os crimes sexuais e que os efeitos dissuasores comecem a fazer sentir-se a partir da fonte. O Governo vai fazê-lo?

19 de Março de 2021

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Wong Kit Cheng**